

# **RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018 e PLANO DE TRABALHO PARA 2019**

**Atos praticados pelos gestores abaixo:**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

José dos Santos Freire Júnior

Diretor - Presidente

Período de 01.01.2018 a 26.03.2018

Maurilio Ricardo Araújo de Lima

Diretor – Presidente

Período de 27.03.2018 a 05.12.2018

Nivair Vieira Borges

Procurador-Geral do Estado

Período de 13.12.2018 a 31.12.2018

Portaria 048/Fomento/2018 - DOE nº 5.260

Ademir Teodoro de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Período de 23.03.2018 a 05.12.2018

**CONSELHO FISCAL**

Carlos Junior Spegiorin Silveira

Suplente

Jax James Garcia Pontes

Suplente

Alessandro Ramos Marques

Suplente

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Délcio Dalmo Tavares Braga

Vice-Presidente

Wagner Borges

Membro

Jardel Crystiano Nunes Ribeiro

Membro

*Este Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com as orientações da Instrução Normativa do TCE/TO n.º 006, de 25 de junho de 2005, Regimento Interno do TCE/TO, aprovado pela Resolução Normativa n.º 002, de 04 de dezembro de 2002, e Lei Orgânica do TCE/TO n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001.*

## APRESENTAÇÃO

Este relatório é peça obrigatória do processo de prestação de contas anual e tem por objetivo descrever as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício 2018, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O conteúdo mínimo do Relatório de Gestão encontra-se disciplinado por Decisões Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

### 1. IDENTIFICAÇÃO

#### QUADRO 1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Fechado.
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional	A Agência de Fomento foi criada através da Lei nº 1.298, de 22/02/2002, com alterações introduzidas pela Lei nº 1.628, de 5/12/2005, tendo sido instalada em outubro de 2005. Seu Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral, tendo passado posteriormente por alterações de diversos atos.
CNPJ	05.474.540/0001-20
Endereço completo da sede	Quadra103Sul, Rua do Pedestre SO 09 Conj 03 Lote 04 - Plano Diretor Sul – Palmas/TO CEP: 77.015-032 Fone: (63) 3220-9800 (63) 3220-9820
Endereço na internet	<a href="http://www.fomento.to.gov.br">www.fomento.to.gov.br</a>
Situação	Em funcionamento. Autorizada pelo Banco Central do Brasil.
Função de governo predominante	Financiar projetos de desenvolvimento, podendo firmar convênios com instituições de pesquisa, nacionais, internacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e fazer empréstimos com recursos próprios e de repasses.
Tipo de atividade	Agência de Fomento (Instituição financeira não bancária).

## **2 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se através da Lei das Sociedades Anônimas, por seu Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

Inaugurada em Outubro de 2005, a Agência de Fomento, em parceria com o Governo do Estado, tem mantido sua missão de participar ativamente do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, viabilizando o apoio a investimentos que geram renda, emprego e competitividade nos diversos setores produtivos da economia local, incentivados pelo crédito diferenciado e impulsionando a instalação e a manutenção de negócios no Estado, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

O cumprimento da missão por meio da realização das ações de crédito é o grande desafio da Instituição, sendo estas pautadas em um tripé que deve ser a base de todos os negócios e atividades implementadas, a saber: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e consciência ambiental.

## **3 PLANO DE TRABALHO 2018/2019**

### **3.1 Introdução**

O Estado do Tocantins, tem reconhecidamente um enorme potencial econômico, representado pela sua posição geográfica privilegiada, que permite a montagem de uma logística de transportes com vantagens competitivas não só para o Estado, mas sobretudo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o país, em termos de viabilização do Corredor Centro Norte de Exportação; apresenta, ainda, os piores indicadores econômicos e sociais do país, ao lado de estados como o Acre, Amapá e Roraima; em razão principalmente da falta de infraestrutura em todas as áreas e setores, principalmente, nos setores de transportes, energia, saúde e saneamento, segurança, agricultura e indústria.

Diante desse quadro o atual Governo priorizou ações emergenciais de curto prazo, como a reorganização administrativa em busca da governabilidade, e as destinadas à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo está buscando recursos para complementar a infraestrutura básica e viabilizar o aumento da produção, da produtividade agropecuária e do agronegócio e o incentivo à industrialização, tendo como orientação básica a geração de emprego e o aumento da renda. Como estratégia está buscando a aproximação das ações de governo com a população e incentivando o desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Por outro lado, o objeto social da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., segundo o seu Estatuto, é o financiamento de projetos de desenvolvimento que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observadas as seguintes Diretrizes Gerais:

- I. identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os já existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Tocantins;

- II. desenvolver, dentre outras ações, programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Tocantins, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;
- III. desenvolver ações que abranjam todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas a convivência com esses problemas, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;
- IV. apoiar a implementação de projetos que deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação da auto-estima das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;
- V. deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado permaneça o máximo no Estado, e que sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitando e desenvolvendo os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Tocantins e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação, voltados preferencialmente para:
  - a. o setor agropecuário, industrial, comercial e de serviços, com destaque às micro, pequenas e médias empresas;
  - b. a instalação de empreendimentos pioneiros com processo de produção simples e que substituam as importações estaduais, e os que utilizem matéria-prima local;
  - c. a ampliação da oferta de energia elétrica;
  - d. a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos;
  - e. desenvolvimento do turismo;
  - f. a exploração sustentável dos recursos naturais;
  - g. a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública;
  - h. outros serviços de interesse público estadual.

Ainda segundo o seu Estatuto Social a Agência poderá desenvolver, direta ou indiretamente, as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:

- I. identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo:
  - a. diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais;
  - b. levantamento, cadastramento e sistematização de projetos de interesse do Estado;
  - c. elaboração de perfis e projetos que possam ter por base o território do Tocantins;
  - d. outras atividades de estudos, pesquisas e projetos, enquadradas no objeto social.
- II. promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo:
  - a. identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior;
  - b. articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locais;
  - c. divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior, devendo, para tanto, utilizar-se dos recursos mais modernos e eficazes;
  - d. negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado;

- e. criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos;
- f. prestação de serviços de apoio empresarial, em articulação com os demais órgãos públicos e privados, tais como centrais de negócios, montagem e operação de bolsas de equipamentos, materiais e resíduos industriais, incentivo à formação de cooperativas e associações, e outros serviços que sejam considerados importantes para promover a atração de empresas e o incremento de negócios;
- g. outras atividades caracterizadas como promoção de investimentos.

III. recuperação, reabilitação, viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo:

- a. elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos, abrangendo, de preferência, toda a cadeia produtiva relacionada com o setor em questão;
- b. outras atividades de viabilização e financiamento de empresas, dentro do objeto social.

### 3.2 Estratégia de Atuação - 2019

A atuação da Agência, como partícipe do processo de desenvolvimento do Estado, deve ser coerente com as prioridades do Governo e levará em conta, por um lado, o desenvolvimento regional, com ênfase nas Regiões mais carentes, com vistas à redução do desequilíbrio inter-regional; e por outro o aproveitamento do potencial de desenvolvimento das seguintes áreas, segmentos e investimentos:

- a) Financiar microempreendedores individuais - MEI;
- b) Financiar pequenas e médias empresas;
- c) Agricultura familiar, inclusive a psicultura;
- d) Consolidação das Cadeias Produtivas identificadas;
- e) Demais áreas de atuação da gestão do Estado;

### 3.3 Ações Prioritárias - 2019

#### a) Organização Interna

- a. Capacitação e Reciclagem de Pessoal;
- b. Adequações na estrutura de TI, sistema de controle gerencial;
- c. Manutenção de manuais e resoluções internas, adequando a nova gestão;
- d. Mudança de sede, saindo de uma alugada para uma própria, redução de custos;
- e. Remodelação da equipe de trabalho, com foco na prospecção de clientes e recuperação de crédito;
- f. Readequação das linhas e taxas de financiamento;
- g. Ajuste de contas da gestão anterior.

#### b) Elaboração dos Termos de Referência dos seguintes objetivos e metas - 2019:

- a. Aumento da Produção e da Produtividade agropecuária;
- b. Industrialização e Agronegócio;
- c. Agricultura de Baixo Carbono;
- d. Interiorização do desenvolvimento (proximidade com o Cidadão)
- e. Desenvolvimento de regiões carentes;
- f. Empreendedorismo e geração de renda;
- g. Apoio aos setores prioritários (saúde, educação e segurança);
- h. Geração de Energias alternativas (solar, eólica, biomassa);

- i. Eletrificação rural;
- j. Consolidação dos Projetos de irrigação;
- k. Comercialização e armazenagem;
- l. Consolidação do ecoturismo;
- m. Projetos de tecnologia e inovação;
- n. Viabilização das chamadas Cadeias Produtivas já identificadas.

**c) Definição de Parcerias com as seguintes Instituições - 2019:**

- a. SEBRAE, IEL;
- b. MUNICÍPIOS e ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS (ATM);
- c. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA;
- d. FEDERAÇÕES – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA;
- e. SECRETARIAS – SEPLAN, SEAGRO, SEDETUR, SECOM, SESAU, SEDUC, CIDADES e SEINFRA;
- f. RURALTINS E NATURATINS;
- g. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO - ABDE;
- h. AGÊNCIAS DE FOMENTO DE OUTROS ESTADOS;
- i. FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA-FINEP ;
- j. FUNGETUR - MINISTÉRIO DO TURISMO;
- k. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDETUR).

**d) Negociação de Recursos e Elaboração dos projetos respectivos - 2019;**

- a. Aporte de Capital de R\$ 20.000.000,00;
- b. FUNDO PPP - GARANTIDOR;
- c. FIETO/IEL (Palestra sobre recursos voltados à inovação em conjunto com a FINEP);
- d. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nova proposta de avaliação, agendada para 12 meses);
- e. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE, já está sendo utilizado) e parcerias com agentes de desenvolvimento, mais capilaridade e menos custo para disseminação do crédito;
- f. Aguardando abertura de edital para tomada de recurso do FUNGETUR;
- g. Captação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;
- h. Captação de recursos do BASA - FNO;

**e) Recursos já captados - 2019;**

- a. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Recurso já disponível no valor de R\$ 1.400.000,00);
- b. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE – ampliação do valor da garantia).

**f) Concessão de empréstimos - 2019;**

**g) Realização de Cobrança - 2019;**

**h) Recuperação de Dívidas atrasadas - 2019;**

**i) Acompanhamento da execução dos empreendimentos financiados - 2019.**

## **Estrutura organizacional**

### **Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:**

**ASSEMBLEIA GERAL** - é o órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

**CONSELHO FISCAL – COFIS** - com funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomados em curso de nível superior ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, conforme Estatuto Social aprovado em 17 de agosto de 2015, e de acordo com a alteração do Estatuto Social em 28 de junho de 2018, o prazo de gestão dos membros passou a ser, não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD** - é composto de 5 (cinco) membros efetivos, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Fica assegurado que os Acionistas Minoritários terão o direito de eleger um Conselheiro. De acordo com a alteração do Estatuto Social em 28 de junho de 2018, o membro terá no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

**AUDITORIA INTERNA – AUDIN** - tem como missão assessorar a Administração da Instituição no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente.

**DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX** - é o órgão colegiado encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao adequado funcionamento da Agência, sendo composta por três (três) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

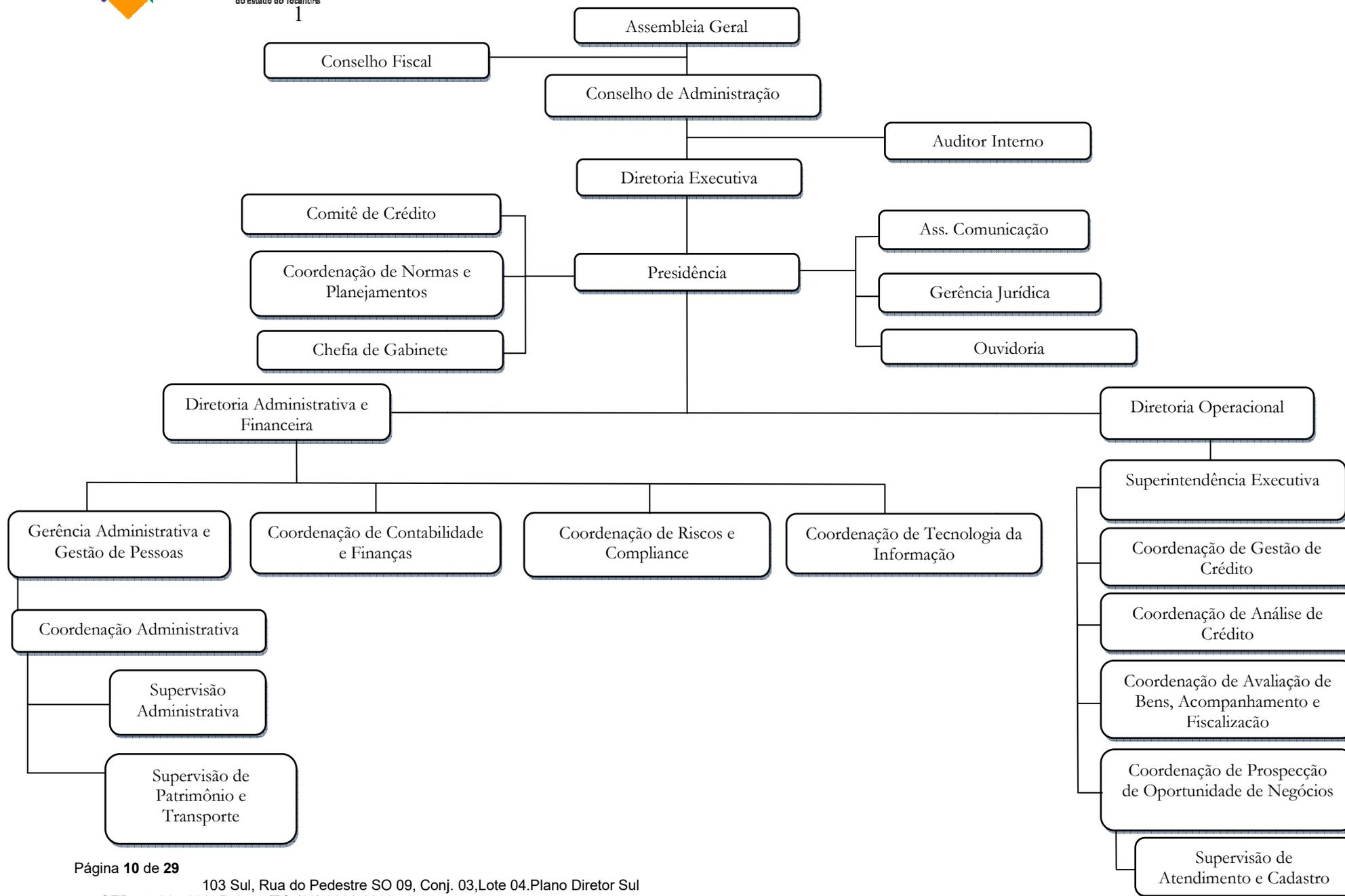
**PRESIDÊNCIA – PRESI** - Supervisiona e dirige os negócios da Agência, representando-a em juízo ou fora dele.

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA – DIRAF** - é a diretoria responsável pela Coordenação do Programa, bem como por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da Área Contábil e Financeira da Instituição.

**DIRETORIA OPERACIONAL – DIROP** - É a diretoria responsável pela prospecção, concessão e fiscalização do crédito e, também, é a diretoria responsável por administrar as atividades de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Destarte, a Fomento encerrou o ano de 2018 com uma estrutura organizacional distribuída, conforme apresentado no QUADRO 2, traduzindo a visão de transversalidade das ações sem perda da necessária segregação de funções, que evita o conflito de interesses entre as áreas. Ficando distribuída, conforme a seguir:

## **QUADRO 2 - Estrutura Organizacional**



### 3.4 Capital Social

O Capital Social, autorizado para a Agência de Fomento é de R\$ 100.000.000,00, sendo integralizado o valor de R\$ 26.823,127,62 ( vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) o qual tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional e a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Tocantins.

#### QUADRO 3 - Demonstrativo de Composição do Capital Social

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	26.662.188,84
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>		<b>100</b>	<b>6.000.000</b>	<b>26.823.127,62</b>	<b>26.823.127,62</b>	<b>26.788.847,14</b>

### 3.5 Política de Crédito

Almejando um alinhamento com as políticas públicas do Governo do Estado, além de agir em conformidade com a sua natureza e com as exigências do Órgão Regulador, a Agência de Fomento tem buscado o alinhamento dos produtos de crédito e dos programas oferecidos com as diretrizes do Governo, com a missão de contribuir para o fomento das atividades estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar o enfoque qualitativo que a Administração buscou agregar a todas as atividades, em especial às atividades envolvidas com a concessão e prospecção de operações de crédito. Por conseguinte, a atual gestão tem sido categórica na segregação de atividades como Cadastro, Análise, Classificação de Riscos e Gestão do Crédito, bem como tem buscado dar maior transparência e desburocratizar procedimentos por meio da transversalidade entre as áreas e a reformulação de processos e normativos internos. Isto, sem ignorar a segurança necessária e a obtenção de resultados quantitativos e qualitativos.

## 4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS

### 4.1 Tecnologia da Informação – TI

A área de Tecnologia da Informação – TI – é um conjunto de dados classificados e organizados com integração e gestão de recursos de hardware e software destinados à captura, processamento, armazenamento e comunicação de dados, visando automatizar a produção e a gestão das informações

que compõem o papel primordial da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que mantém recursos tecnológicos que representam o melhor custo-benefício para a Instituição.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação monitora tráfegos de rede, transferência de arquivos, ociosidade de serviços e acessos, propiciando assim estatísticas e estudos de incidências na rede. Também continua o atendimento de prontidão a quaisquer problemas referentes a terminais de trabalho ou a sistemas operacionais com mau funcionamento, proporcionando um ambiente retilíneo em suas ações.

Na previsão contida em relatórios anteriores, várias propostas foram arremetidas para o ano subsequente devido a contenção de gastos, haja vista que com tais demandas surgiram metas subsequentes a esta migração contida abaixo neste relatório.

No ano de 2018 foram solucionados problemas estruturais e implementados diversos novos serviços, tais como:

- Renovação contratual de Telefonia Fixa com Tecnologia Tronco digital - Voip E1 com Aparelhos IP;
- Monitoramento do servidor Proxy Squid com controle de Usuários;
- Aquisição de 10 novos computadores para suprir déficit da Coordenadoria de Gestão e Administrativo;
- Manutenção do serviço de internet dedicada de 24 MB;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Ponto Eletrônico;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Recursos Humanos;
- Implantação do controle de acesso ao CPD (Central de Processamento de Dados), com instalação de fechadura elétrica com acionamento por controle remoto e chave mult-segredos;
- Contratação de desenvolvimento de um novo website;
- Criação de conteúdo para mídias sociais, como Facebook e Instagram;
- Desenvolvimento do sistema de controle de gestão de frotas;
- Desenvolvimento do sistema de controle de almoxarifado;
- Desenvolvimento do sistema de ouvidoria;
- Desenvolvimento do sistema de controle de processos eletrônicos E-Doc;
- Contratação de serviço especializado de backup em nuvem;
- Renovação de contrato de telefonia móvel com redução de custos.

Para 2019 está previsto um investimento na aquisição 10 computadores para substituição de computadores depreciados, troca do sistema operacional para todos os computadores e servidores, também está previsto a aquisição de novos equipamentos de monitoramento de segurança e acesso na Instituição. A partir de cursos previstos para os colaboradores desta Coordenadoria, estão previstos também um melhor monitoramento dos serviços de correio eletrônico, atualização e criação de novas páginas web, gerando melhor transparência nas informações e economicidade para Instituição. Em relação ao banco de dados que hoje é contido pela plataforma Oracle, esta Coordenadoria prevê melhorar ainda mais os sistemas de cópia de segurança (Backup) e seu retorno após crise (Restore), validando em ambiente de homologação, mensalmente, para garantir a integridade das informações contidas no mesmo.

## 4.2 Coordenadoria Administrativa

### 4.2.1 Desenvolvimento Humano

A atual administração buscou estabelecer um compromisso com a força de trabalho, baseando-se no respeito mútuo e numa comunicação aberta, na tentativa de estabelecer o envolvimento dos clientes internos e externos.

### 4.2.2 Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas na Agência de Fomento é orientada para a missão de criar condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o desempenho dos empregados, assegurando o envolvimento e o comprometimento com os resultados empresariais desejados. Foram consolidados avanços na visão empresarial da gestão de pessoas com o alinhamento de atividades e projetos de recursos humanos. O foco nos resultados se dá, portanto, pelo alinhamento de práticas que visam o fortalecimento da relação empresa x funcionário.

As iniciativas de desenvolvimento humano no ano focalizaram, prioritariamente, a preservação da competência técnica dos empregados e o aprimoramento dos instrumentos e práticas de gerenciamento da força de trabalho. Em decorrência da alteração de responsabilidade sobre a área, os instrumentos e práticas de recursos humanos também estão sendo revisados para contemplar uma visão mais ampla na gestão de pessoal.

### 4.2.3 Capacitação

Ao longo do ano 2018, a instituição capacitou 20% do quadro de pessoal. Estas oportunidades foram distribuídas em cursos externos. Assim, foram realizados treinamentos técnicos em algumas áreas, participação em cursos e palestras.

### 4.2.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2018 manteve-se o processo de desenvolvimento de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na Agência de Fomento, por meio de ações tais como:

- a) **Integração:** foram realizados momentos de integração de modo a interferir positivamente no clima organizacional, promovendo melhorias nos relacionamentos interpessoais. Houve por exemplo, a promoção de comemorações em dias como Dia das Mães uma homenagem às funcionárias que são mães e no mês de agosto uma homenagem aos pais.

### 4.2.5 Patrimônio – Transporte - Almojarifado

- **Patrimônio**

O patrimônio teve seu inventário no primeiro semestre com todos os termos assinados por todos os coordenadores de suas respectivas áreas. No segundo semestre por conta da migração de sistemas não foi possível a emissão dos termos, porém a contagem dos bens foi realizada normalmente. Não houve baixa de patrimônio durante os dois semestres do ano de 2018.

- **Transporte**

Todos os veículos tiveram seguro e revisões em dia durante todo o ano.

- **Almoxarifado**

O almoxarifado teve duas conferências durante o exercício, uma em cada semestre. As requisições foram atendidas duas vezes por semana confirmando um maior controle nas saídas dos materiais. Conforme os métodos adotados por essa Gerência, foi realizada uma compra para reposição de estoque anual, garantindo ter sempre materiais em boas condições e dentro de seus prazos de validade.

### **4.3 Comunicação e Marketing**

Setor responsável pela Comunicação Interna e Externa da Agência de Fomento do Tocantins, a Assessoria de Comunicação é essencial para manter um canal ativo entre a Instituição e seu público-alvo, levando até a sociedade as informações sobre as atividades exercidas no dia a dia da Agência de Fomento do Tocantins, seguindo sempre as diretrizes do Governo do Estado, por meio da SECOM-Secretaria de Comunicação do Estado. Confira as ações realizadas durante o ano de 2018:

#### **4.3.1 Eventos:**

Os eventos realizados no ano de 2018 contribuíram para a aproximação da Agência de Fomento do Tocantins com a imprensa local, o que gerou mídias espontâneas e, sem custo, geraram notícias, que levaram ao grande público as informações sobre diversas ações executadas pela Instituição, foram eles:

I - Participação na programação da Semana do Microempreendedor individual, evento promovido pelo Sebrae;

II - Participação na 109ª Assembleia Geral Ordinária da ABDE, que culminou no retorno da Agência ao grupo das instituições associadas à Associação Brasileira de Desenvolvimento- ABDE;

III - Assinatura de Termo de Cooperação entre o Governo do Estado, por meio da Agência de Fomento do Tocantins, e a FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, para financiamento de projetos de Inovação no total de R\$ 8 milhões da linha de crédito INOVACRED e INOVACRED EXPRESSO;

IV - Participação no Encontro da Família MEI em Atividades de divulgação externa, voltadas para os microempreendedores individuais do Distrito de Luzimangues, município de Porto Nacional para atendimento durante o Encontro da Família MEI;

V - Campanha Natal Solidário, quando os colaboradores, da Agência de Fomento do Tocantins se dividiram em equipes para a arrecadação de doações a Instituições de caridade.

#### **4.3.2 Releases:**

Releases são notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação, afim de despertar o interesse da mídia local a respeito das ações internas e externas da Agência de Fomento do Tocantins, bem como, divulgar o resultado de ações positivas. Durante o ano de 2018, um total de 16 releases foram divulgados no site Institucional da Fomento TO e na mídia externa.

### 4.3.3 Mídia Externa:

Além das notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação, outras notícias a respeito da Instituição também são divulgadas pela mídia externa. Em 2018, foram veiculadas um total de 79 notícias a respeito da Agência de Fomento do Tocantins, incluindo TV, sites e Jornais Impressos, incluindo os seguintes veículos de comunicação: TV Anhanguera, Gazeta do Cerrado, T1 Notícias, Cleber Toledo, Conexão Tocantins, Portal Stylo, Portal Agorato, Orla Notícias, Folha Capital, Jornal do Tocantins, Surgiu, Econômico Tocantins, Tribuna do Planalto, G1 Tocantins, O Girassol e Jornal Opção.

### 4.4 Prospecção e Oportunidades de Negócios (relatório de administração do exercício)

No exercício de 2018 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios realizou prospecções, palestras, visitas a empreendedores, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento.

No mês de maio, em parceria com o Sebrae Nacional, a Agência de Fomento atuou positivamente na **SEMANA DO MEI - Microempreendedor Individual**, realizado na região de Palmas e Luzimangues - Porto Nacional. Nesta ação foi possível atender vários microempreendedores, proporcionando oportunidades para alavancar os seus negócios.

Em agosto, a Instituição participou da Rodada de Negócios, realizada pelo Núcleo de Acesso ao Crédito da FIETO, onde na oportunidade foi apresentado aos empresários, a Agência de Fomento e seus produtos, e após o atendimento foram concretizados alguns negócios.

Em novembro, a Rodada de Negócios aconteceu na cidade de Araguaína, com atendimento aos empresários no ramo da indústria. Na oportunidade, a equipe da prospecção, visitou as empresas das principais avenidas, fazendo divulgação e oferecendo seus produtos. Neste mesmo mês, foi realizado também prospecção nas cidades de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

Neste ano tivemos um bom retorno com o funcionamento do site Institucional da Fomento, onde o cliente realiza o contato com o agente através da simulação de crédito.

A Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios, através dos atendimentos realizados internamente, em palestras e visitas a empreendimentos, atenderam aos municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Araguaína, Arraias, Aurora do Tocantins, Crixás, Cristalândia, Gurupi, Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Peixe, Ponte Alta do Tocantins e Santa Rosa do Tocantins.

No Exercício de 2018, a Agência de Fomento contabilizou, com os atendimentos, um montante de R\$ 4.017 mil em créditos liberados.

### 4.5 Análise de Crédito

#### ▪ Operações de Crédito

Em 2018 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 4.017 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos seguimentos, impulsionando de forma relevante a economia do Estado.

Do total de liberações, 84,81% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 9,80% para o Microcrédito e 5,39% para o Turismo.

Com relação à modalidade de financiamento, 93,81% das operações de crédito, foram destinadas para aquisição de Capital de Giro, 5,92% para Investimento Fixo e 0,27% para aquisição de Capital de Giro e Investimento Fixo associados.

#### ▪ **Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito**

A taxa média de juros ficou em 2,25% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 33 meses. Do montante, R\$ 904 (mil) foram liberados com carência, e R\$ 3.113 (mil) sem carência.

#### ▪ **Rating das Operações de Crédito**

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 22% estão classificadas no nível de risco inicial A, 51% das operações no nível de risco B e 27% estão concentradas no nível de risco C.

#### ▪ **Garantia das Operações de Crédito**

Com relação ao tipo de garantia, 63% estão concentradas na Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 22% das operações em Direitos Creditórios, 14% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e 1% em garantia fidejussória.

#### ▪ **Análise de Crédito**

A economia tocantinense demonstrou otimismo e um tímido crescimento apesar da crise econômica no País, isso ficou evidenciado na balança econômica das micro e pequenas empresas, que apesar da queda nos números de abertura de outras empresas neste ano, as que se mantiveram ativa e em funcionamento, se dizem otimistas e com novas perspectivas. É neste sentido, a Agência de Fomento, buscou, mais uma vez, fazer o papel a que se propõe, que é financiar projetos que favoreça o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas do Estado, analisando o crédito de forma cautelosa nas atividades que se expõe ao menor risco de inadimplência e estimulando a economia de forma responsável.

## **4.6 Gestão de Crédito**

No exercício de 2018 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) fechou em R\$5.782. O valor vem reduzindo, devido à liquidação antecipada de créditos e quitação normal de contratos.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos, encerrou o período com R\$1.343, sendo a média mensal de R\$ 111.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito, totalizou em R\$ 687, com resultado positivo, fruto do recebimento de créditos inadimplentes. Com o recebimento destes valores, reduziu o provisionamento e aumentou a receita.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 1.904. As renegociações de créditos são realizadas, sempre quando o cliente necessita de um reescalonamento, para continuar honrando com suas parcelas.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo, registrou um montante no exercício, de R\$ 742. Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos, foram recuperados R\$ 75. Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar, de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias, fechou em R\$ 212, vencidas até 90 dias R\$ 57, vencidas acima de 90 dias R\$ 156 e parcelas vincendas R\$ 5.357. Baseado na resolução nº 2682 de 1999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste trimestre somou um saldo de R\$ 5.782.

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 (um) dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

De forma geral, referente aos índices da Gestão de Crédito supra mencionados, a Agência de Fomento vem obtendo resultados satisfatórios na retomada da inadimplência e redução de provisionamento por atraso.

#### **4.7 Ações de Cobranças Judiciais**

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, no exercício regular de seu direito de credora e buscando a satisfação dos financiamentos inadimplidos através de expedientes judiciais cabíveis, atingiu no ano de 2018 o total de 116 (cento e dezesseis) ações judiciais, descartando as demandas efetivamente arquivadas (em razão de liquidação espontânea, da procedência ou improcedências da ação, etc.). Encontram - se em curso 55 (cinquenta e cinco) ações, sem ajuizamento desde o mês de julho.

Ademais, frise-se a conciliação é sempre proposta aos clientes através de acordo extrajudicial das dívidas, independentes da fase processual em que se acha a demanda, respeitando os direitos e interesses da instituição, bem como, as regras e condições regentes do ato.

Esse é o breve relatório das contingências ativas em tramitação até a data 31 de dezembro de 2018.

#### 4.8 Desempenho Econômico-Financeiro

As receitas do exercício totalizaram R\$ 2.892 (mil) e as despesas R\$ 6.775 (mil), o resultado líquido acumulado do exercício de 2018, foi um prejuízo de R\$ 3.883 (mil), em decorrência da redução nas receitas nas operações de crédito, das próprias operações de crédito, em volume e em valores, ajustes de saldos dos apontamentos do Banco Central, ante à persistente falta de aporte de capital, enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitavelmente e permanentemente majoradas.

A falta de aporte ao capital da Agência, mantido no mesmo patamar de R\$ 26.823 mil desde 2013, data do último aporte, compromete substancialmente a política de aplicação dos recursos da Agência, limitando-a cada vez mais ao longo dos anos.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 482 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 6.414 (mil), estando R\$ 6.335 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 79 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 17.526 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 6.414 (mil), correspondente a 36% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 5.202 (mil) equivalente a 29% e 35% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 17.001 (mil), distribuídos em R\$ 26.823 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 26.789 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 9.941 (mil) de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 425 (mil), sendo outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores.

#### 4.9 Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos

- **Apresentação**

A Coordenadoria de Riscos, *Compliance* e Controles Internos foi implementada a fim de atender o que determina a Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017, bem como atuar em conformidade com as normas e os procedimentos adotados na instituição, conforme a sua estrutura.

Este relatório visa manter a transparência nas informações e nos procedimentos do gerenciamento de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, no que se refere a sistemas, processos, procedimentos e rotinas, com o intuito de mitigar os riscos e falhas existentes nos procedimentos adotados.

- **Estrutura e Governança**

A Coordenadoria de Riscos, *Compliance* e Controles Internos é a área responsável pelo gerenciamento dos Risco de Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Sócio Ambiental, bem como

os demais riscos relevantes, a estrutura e governança está descrita na Política de Riscos e Controles Internos através da Resolução Fomento n.º 150/2017.

- **Risco de Crédito**

Visando atender a Resolução CMN n.º. 4.557/2017, conforme art. 21, em que a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, e conforme seus incisos, no período em questão, foram observados quanto aos limites operacionais, bem como ao capital alocado para cobertura dos riscos, os quais são informados mensalmente ao Banco Central do Brasil por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais, mantendo-se todos dentro dos níveis exigidos.

#### a) Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e Adequação do PR

A apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é definida pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

O Índice de Basileia estava sendo calculado de forma errônea, com índice acima de 100%, demonstrando os seguintes números:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	30.06.2016	31.12.16	30.06.2017	31.12.17	30.06.18
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>25.597.514</b>	<b>23.829.300</b>	<b>23.708.429</b>	<b>22.304.702</b>	<b>20.883.424</b>	<b>19.971.890</b>
<b>Patrimônio de Referência Exigido (PRE)</b>	<b>3.938.317</b>	<b>3.590.451</b>	<b>3.381.830</b>	<b>3.414.356</b>	<b>3.247.586</b>	<b>2.987.496</b>
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	3.366.837	2.985.387	2.658.143	2.772.159	2.609.169	2.368.834
Parcela de Risco Operacional (POPR)	571.480	605.064	723.687	642.197	638.416	618.661
<b>Risco da Carteira Banking - RBAN<sup>1</sup></b>	<b>220.914</b>	<b>152.121</b>	<b>97.705</b>	<b>125.797</b>	<b>86.125</b>	<b>122.627</b>
<b>Margem = PR - (PRE - RBAN)</b>	<b>21.438.283</b>	<b>20.086.728</b>	<b>20.228.894</b>	<b>18.764.549</b>	<b>17.549.712</b>	<b>16.861.768</b>
<b>Índice de Basileia = (PR X 100) / (PRE / 0,11)</b>	<b>298,96%</b>	<b>280,81%</b>	<b>256,66%</b>	<b>259,05%</b>	<b>248,23%</b>	<b>249,87%</b>

<sup>1</sup> As Operações de Crédito da Fomento são todas pré-fixadas e por isso são alocadas aos vértices com base em indicadores históricos da Selic-Pré e calculado o VaR com a Volatilidade-Padrão das Séries Temporais Pjur1 do Bacen.

Ao perceber o erro no cálculo do Índice de Basileia em 2019, realizou-se as devidas correções, em 2019, retroagindo de 31.12.2018 até 30.06.2016, na forma de cálculo do Índice de Basileia, com a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), obedecendo a seguinte fórmula: Índice de Basileia = (PR/RWA)\*100, corrigindo-se então a mesma e assumindo o seguinte Índice de Basileia:

DESCRIÇÃO	30.06.2016	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2017	30.06.2018	31.12.18
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>23.829.300</b>	<b>23.708.429</b>	<b>22.304.702</b>	<b>20.883.424</b>	<b>19.971.890</b>	<b>17.000.210</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>31.121.199</b>	<b>31.771.878</b>	<b>31.054.074</b>	<b>29.285.644</b>	<b>28.025.129</b>	<b>24.365.404</b>
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.590.451	3.381.830	3.414.356	3.247.586	2.987.496	2.625.358
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	2.985.387	2.658.143	2.772.159	2.609.169	2.368.834	2.057.122
Parcela de Risco Operacional (POPR)	605.064	723.687	642.197	638.416	618.661	568.236
<b>Risco da Carteira Banking - RBAN<sup>1</sup></b>	<b>152.121</b>	<b>97.705</b>	<b>125.797</b>	<b>86.125</b>	<b>122.627</b>	<b>41.704</b>
<b>Margem = PR - (PRE - RBAN)</b>	<b>20.086.728</b>	<b>20.228.894</b>	<b>18.764.549</b>	<b>17.549.713</b>	<b>16.861.768</b>	<b>14.333.148</b>
<b>Índice de Basileia = (PR / RWA) *100</b>	<b>76,57%</b>	<b>74,62%</b>	<b>71,83%</b>	<b>71,31%</b>	<b>71,26%</b>	<b>69,77%</b>

<sup>1</sup> As Operações de Crédito da Fomento são todas pré-fixadas e por isso são alocadas aos vértices com base em indicadores históricos da Selic-Pré e calculado o VaR com a Volatilidade-Padrão das Séries Temporais Pjur1 do Bacen.

**Metodologia:**

**Patrimônio de Referência Exigido (PRE)**

Para encontrar o PRE é somado todas as reservas ( Risco de Crédito e Risco Operacional), o resultado é apurado e lançado no balancete na conta controle;

**Risco da Carteira Banking - RBAN <sup>1</sup>**

Para apurar o volatilidade padrão das taxas de juros é utilizado o sistema do BACEN, com base o primeiro dia útil posterior ao da data-base para o período de apuração através das Séries temporais e suas vértices;conforme a Carta Circular Bacen n.º 3.309/08.

Para apurar a estrutura a termo da taxas de juros é utilizado a SELICPRÉ do último dia útil do mês do período de apuração, através dos dias úteis e dias corridos. Dados extraídos do BM&F.

Com os valores acima lançado é gerado o arquivo da carteira vincendo, para atrelar aos indicadores, o qual é apurado o valor de reserva para o Risco de Mercado- RBAN.

**Índice de Basileia (PR / RWA ) \* 100**

No Brasil, o mínimo do Índice de Basileia - I.B. aceitável pelo mercado financeiro é de 11%, conforme normativos do BACEN.

O Índice de Basileia é um indicador internacional definido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, indicando a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e o valor dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets*) - RWA. É conhecido também como Índice de Solvência ou de Solvabilidade de uma Instituição Financeira.

A atividade de intermediação financeira dos bancos envolve riscos usualmente suportados por capital. Quanto maior o índice, maior a sobra de capital próprio ou patrimônio para a realização de operações de crédito de maior risco. O Índice de Basileia é importante indicador para a análise financeira de bancos. O objetivo é fazer com que os bancos tenham capital suficiente para aguentar riscos de perda em sua atividade. No Brasil, a relação mínima aceitável é de 11% entre o capital (PR) e os ativos ponderados pelos riscos (RWA).

Em 31.12.2018 o Índice de Basileia da Agência de Fomento foi de 69,77%, significando que para cada R\$ 100,00 emprestado a Instituição possui R\$ 69,77 de patrimônio para suportar esse risco.

**b) Exigência de Capital para Risco de Crédito – PEPR**

A parcela do capital regulatório referente à exigência de capital para risco de crédito (PEPR) é calculada conforme definido pela Circular BACEN nº 3.644/2013. A exigência de capital corresponde a 11% das exposições ponderadas pelo risco, obtida a partir do somatório dos valores das exposições pelos respectivos fatores de ponderação de risco.

**c) Distribuição da Exposição por Fator de Ponderação de Risco – FPR**

Apresentamos na tabela abaixo a composição da Parcela do PEPR, conforme definido na Circular BACEN nº 3.644/2013:

FATORES DE RISCOS	30.06.2016	31.12.16	30.06.17	31.12.17	30.06.18	31.12.18
<sup>1</sup> Fator de Ponderação 20%	154	2.412	791	18.556	4.733	46.122
<sup>2</sup> Fator de Ponderação 75%	8.594.710	3.678.332	2.801.898	4.582.285	4.038.122	3.901.247
<sup>3</sup> Fator de Ponderação 100%	15.509.678	20.569.446	18.246.390	15.527.264	14.759.800	12.169.114
<b>VALOR DA PARCELA PEPR (APLICADO FATOR = 0,11)</b>	<b>2.985.387</b>	<b>2.658.143</b>	<b>2.772.159</b>	<b>2.609.169</b>	<b>2.368.834</b>	<b>2.057.122</b>

<sup>1</sup> = " São nossas contas correntes "caixa,banco";

<sup>2</sup> = " É a contraparte com receita bruta anual de R\$ 3.600.000,00";

<sup>3</sup> = " É a cota de fundo renda fixa".

**Metodologia:**

Soma-se o total dos fatores de riscos apurados no mês, e multiplica pelo Fator de Risco "0,11", com isso, é encontrado o valor total da parcela de reserva para o Risco de Crédito - PEPR.

Não há índice de quanto o mercado tem que provisionar para essa reserva, entende-se que quanto for maior os valores alocados para os fatores de riscos, maior será a reserva de PEPR.

#### d) Classificação de *Rating* da Carteira Ativa

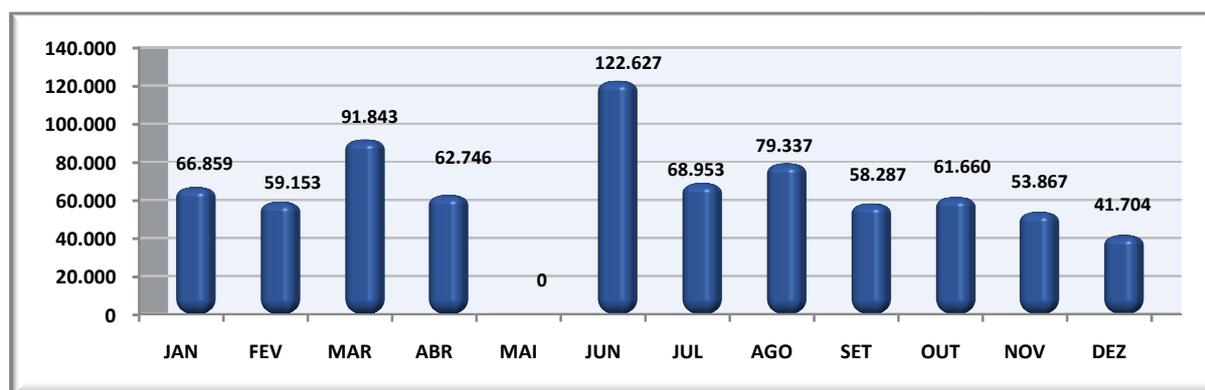
A Agência de Fomento do Estado do Tocantins continua utilizando critérios mais adequados e com provisionamento e enquadramento dos níveis de *rating*, em conformidade com os normativos internos e do Banco Central do Brasil - BACEN.

- **Risco de Mercado**

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins manteve durante todo o exercício de 2018 operações de crédito com taxas de juros pré-fixadas e manteve sua carteira de crédito fora de negociação no mercado financeiro, sendo uma carteira de crédito de não-negociação ou carteira *banking*.

As Operações de Crédito foram liberadas todas com taxa de juros pré-fixada e por isso alocado os vértices com referência em indicadores históricos da Selic-Pré, e calculado o VAR com a Volatilidade-Padrão das séries temporais  $P_{JUR1}$  do BACEN. Além disso, ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em cotas de fundos que foram mantidas em fundos de investimentos referenciados por CDI, por isso não estiveram expostas a risco de mercado, segundo entendimento do órgão supervisor.

Os cálculos da parcela alocada no Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para cobertura do Risco de Mercado ( $R_{BAN}$ ), conforme Resolução CMN nº. 4.193/13 apresentaram os seguintes valores durante o exercício:



- **Metodologia utilizada para cálculo da exigência de capital**

Conforme a Circular BACEN nº. 3.640/2013 que estabelece procedimentos para o cálculo da parcela de capital exigida para cobertura do risco operacional ( $P_{OPR}$ ), do qual trata a Resolução CMN nº 4.193/2.013 e a Carta-Circular nº 3.315/2.008, o cálculo da parcela a ser alocada para cobrir perdas decorrentes de riscos operacionais é apurado e mantido durante todo um período obedecendo-se os critérios definidos das normas vigentes.

DESCRIÇÃO DE INDICADORES DE EXPOSIÇÃO	30.06.16	31.12.16	30.06.17	31.12.17	30.06.18	31.12.18
Receitas de Intermediação Financeira <sup>1</sup>	2.453.408	2.254.192	1.621.899	1.459.622	1.068.192	1.979.921
Receitas com Prestação de Serviços <sup>2</sup>	27.918	43.075	25.567	57.617	48.626	95.320
Fator	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
Multiplicador $z$ <sup>3</sup>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<b>VALOR DA PARCELA POPR</b>	<b>605.064</b>	<b>723.687</b>	<b>642.197</b>	<b>638.416</b>	<b>618.661</b>	<b>568.237</b>

<sup>1</sup> Receitas de Intermediação Financeira = "São as rendas de Operação de Crédito"

<sup>2</sup> Receitas com Prestação de Serviços = "Todas as prestações de serviço, tanto como cadastro – CCR, quanto renovação ou renegociação";

<sup>3</sup> Conforme Circular do Bacen nº 3.640/2013.

**Metodologia:**

$$Popr = z \cdot \sum \max[0,15 \cdot IE; 0] / n$$

Para encontrar o valor de reserva para o risco operacional, soma-se o total dos indicadores de exposição,

conforme a fórmula  $POPR = Z * ((IE \text{ ANO } 1 * 0,15) + (IE \text{ ANO } 2 * 0,15) + (IE \text{ ANO } 3 * 0,15)) / 3$ ;

Onde o multiplicador "Z" corresponde a 1,00, conforme determina os normativos do BACEN, sendo

que dividido os três valores anuais é encontrado um valor, multiplica esse valor por 1,00 do

multiplicador o qual será a reserva operacional - POPR. A apuração e cálculo será somente semestral para a apuração do POPR.

**Sendo que:**

O Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE) corresponde, para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, financeira; deduzidas as despesas de intermediação.

- **Cultura de Riscos, Compliance e Controles Internos na Instituição:**

A Instituição manteve-se dentro da normalidade com suas liberações de crédito e seus controles.

### I - Políticas, Normas e Procedimentos de Controle

Com o objetivo de estabelecer critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, a Coordenadoria de Riscos, Compliance e Controles Internos, com base no art. 1º, item III – "controle", da Circular 3.467/09 do Banco Central do Brasil, informa sobre a existência das Políticas Institucionais e o canal que garante a divulgação para todos os colaboradores.

### II - Ambiente de Controle

As políticas e manuais sobre as áreas, a criação da Estrutura Organizacional da Agência de Fomento estão disponibilizadas na intranet, para todos os colaboradores da Instituição.

### III - Controles

Regulamentou por meio de normas internas procedimentos administrativos e operacionais, conforme informações abaixo:

- a) Alterou com base na Resolução Fomento n.º 151/2018, itens do Manual Operacional;
- b) Alterou com base na Resolução Fomento n.º 152/2018, o horário de expediente, visando a economicidade para a Instituição;
- c) Instituiu com base na Resolução Fomento n.º 153-A/2018, o Comitê de Elegibilidade em consonância com o que dispõe a Lei 13.303/2016;
- d) Estabeleceu com base na Resolução Fomento n.º 153/2018, a Política de Sucessão de Administradores;
- e) Estabeleceu com base na Resolução Fomento n.º 154/2018, a nova composição do Comitê de Ética;
- f) Estabeleceu com base na Resolução Fomento n.º 155/2018, a nova composição do Comitê de Crédito;
- g) Instituiu com base na Resolução Fomento n.º 156/2018, o Programa SEMANA MEI 2018;
- h) Realinou com base na Resolução Fomento n.º 157/2018, o manual da ouvidoria;
- i) Instituiu com base na Resolução Fomento n.º 158/2018, a Política de Conformidade;
- j) Alterou com base na Resolução Fomento n.º 159/2018, a nova composição do Comitê de Crédito;
- k) Alterou com base na Resolução Fomento n.º 160/2018, o item 5.2 do manual operacional;
- l) Estabeleceu com base na Resolução Fomento n.º 161/2018, o adiantamento da primeira parcela do 13º;
- m) Estabeleceu através da Resolução Fomento n.º 163/2018, acerca a opção de pagamento do vale alimentação;
- n) Reativou através da Resolução n.º 164/2018, acerca do Programa de Financiamento aos taxistas – SINTAXI;
- o) Instituiu através da Resolução n.º 165/2018, a Nova linha de Crédito denominada Fomento Micro Empreendedor Individual M.E.I;
- p) Altera com base na Resolução n.º 166/2018, as Remunerações de Alguns Cargos na Estrutura da Fomento;
- q) Resolução n.º 167/2018 altera o item 2.4 NÃO BENEFICIÁRIOS, do Manual de Política Operacional de Crédito;
- r) Resolução n.º 168/2018 altera o item 4.2.1 AVAL, do Manual de Política Operacional de Crédito;
- s) Resolução n.º 169/2018 altera o item 5.2 Fomento MICROCRÉDITO, do Manual de Política Operacional de Crédito;
- t) Resolução n.º 170/2018 instituiu a Nova Estrutura Organizacional dessa Agência de Fomento;
- u) Resolução n.º 171/2018 instituiu o Plano de Contingência e Continuidade de Negócios dessa Agência de Fomento.

#### **IV - Informações Contábeis e Financeiras**

A forma de conciliação das contas bancárias da Agência de Fomento é realizada diariamente. A validação dos registros é feita através de lançamentos a débito e a crédito, e toda sua documentação é arquivada conforme exige a Lei. Os balanços são levantados semestralmente, e balancetes são elaborados mensalmente.

Todas as operações são enquadradas nos títulos contábeis previstos no Plano Geral de Contas e observando-se as instruções do COSIF. Não foram identificados desvios financeiros e nem manipulações de informações contábeis. A área possui todos os procedimentos normatizados de sua atividade e está em conformidade com os mesmos.

Quanto ao planejamento orçamentário da Instituição, se divide em Orçamento de liberações de operações de crédito, Orçamento das receitas de aplicações financeiras em fundos compostos por 100% de renda fixa em títulos públicos federais e operações de crédito.

#### **V - Monitoramento**

O modelo de controle interno adotado pela Agência vem descrito na Resolução Fomento n.º 150/2017, e utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

#### **VI - Estrutura Física e Tecnológica**

A Agência de Fomento dispõe de uma estrutura física que atende todas as normas de segurança e saúde do trabalho, além de observar requisitos de acessibilidade, com as respectivas licenças de funcionamento.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação possui espaço reservado, a fim de manter sua estrutura tecnológica com mais segurança e atender as recomendações da auditoria independente.

#### **VII - Relatório de Ouvidoria, Procedimentos Contábeis e PLD**

As obrigações legais de responsabilidade da contabilidade foram mantidas em conformidade. Não houve contato recebido por e-mail e telefone DDG 0800.

#### **VIII - Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro – PLD**

Agência de Fomento possui o Manual de Prevenção e Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção, aprovado pela Resolução Fomento n.º 093/2011. Possui cadastro no sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF, com o perfil de usuário responsável, bem como o nome do Diretor responsável pela implementação e cumprimento das medidas estabelecidas no sistema UNICAD, conforme está previsto no art.18 da mencionada Circular n.º 3.461/2009.

Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no período em questão, identificando que a Instituição está cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da contratação de suas operações de crédito.

#### **IX - Gerenciamento de Riscos Operacionais**

A Diretoria Executiva está adotando medidas na captação de clientes, na análise do crédito, que caracteriza maior seletividade possível, conforme vem demonstrando em sua carteira de crédito nesse exercício, a fim de sanar as exposições aos riscos e manter os controles eficazes.

#### **X - Responsabilidade Socioambiental**

Nas operações de crédito da Agência de Fomento não foram identificadas perdas por danos socioambientais, não descumprindo as normas internas e externas.

#### **XI - Gerenciamento de Capital**

A Agência de Fomento considera o potencial de cada negócio ou segmento, definindo como metas as seguintes contas, Ativos, Passivos, Receitas e Despesas. Desta forma, o gerenciamento de capital é feito com base no orçamento, onde é elaborado com base nos investimentos e demais decisões administrativas programadas e na projeção dos resultados esperados em suas atividades operacionais.

#### 4.10 Ouvidoria

A Ouvidoria da Agência de Fomento foi implantada em 30 de novembro de 2007 com a finalidade de atender ao que determina a Resolução BACEN nº. 4.433, de julho de 2015, e com o disposto em Circular 3.503/2010. A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios.

- **Estrutura**

A estrutura da Ouvidoria está descrita no Manual de Ouvidoria através da Resolução Fomento nº. 157/2018, bem como as diretrizes e metodologia de trabalho as quais estabelecem sua forma de atuação. A Instituição disponibiliza aos clientes os meios de comunicação, como, correios; e-mail; site institucional e telefone DDG - 0800-642-9002, conforme prevê a legislação.

#### **Demandas**

A Agência de Fomento vem cumprindo com o exigido pelo órgão fiscalizador, e com as normas que regem esse canal de Ouvidoria, destacando-se que, no mencionado período, **não houve qualquer demanda pertinente à Ouvidoria.**

#### **AÇÕES PARA 2019:**

##### **ÍNSPEÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Conforme inspeção geral realizada pelo Banco Central do Brasil nessa Agência de Fomento, a Coordenadoria de Riscos, Compliance e Controles Internos estará implementando para o exercício de 2019, conforme Ofício 19.357/2018 - BCB/DESUC, de 1.º de Outubro de 2018, os seguintes apontamentos identificados nessa área, sendo eles:

##### **APONTAMENTO 06 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS**

Política que identifica e define os limites máximos e mínimos de riscos em que a Instituição pretende assumir.

##### **APONTAMENTO 07 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS - GIR**

Implementação da Gestão Integrada de Riscos - GIR, para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar e integrar os seguintes riscos:

- I - Risco de Crédito;
- II - Risco de Mercado;
- III - Risco Operacional;
- IV - Risco de Liquidez;
- V - Risco Socioambiental;
- VI - Demais Riscos Relevantes.

##### **APONTAMENTO 08 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

Implementar a Política de Gerenciamento de Capital, a Estrutura de Gerenciamento de Capital, por meio de políticas e estratégias definidas e documentadas, métodos de monitoramento e análise que asseguram controle e suficiência de capital e produção de relatórios gerenciais; Definir, por meio de Resolução específica, o Diretor responsável pela Estrutura de Gerenciamento de Capital.

#### **APONTAMENTO 09 - PLANO DE CAPITAL**

Após concluído a Política de Gerenciamento de Capital, deverá ser implementado o Plano de Capital de forma consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, abrangendo o horizonte mínimo de 04 (quatro) anos, prevendo:

- a) Metas e projeções de capital;
- b) Principais fontes de capital da Instituição;
- c) Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente político, econômico (interno e externo) e de negócios;
- d) Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
- e) Metas de crescimento ou de participação no mercado;
- f) Políticas de distribuição de resultados;

A revisão do Plano de Capital será realizada após o fechamento das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício anterior.

O Plano de Contingência de Capital é parte integrante do Plano de Capital.

#### **APONTAMENTO 12 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ E PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ**

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez consiste na capacidade da Instituição de honrar os seus compromissos financeiros no vencimento, incorrendo em pouca ou nenhuma perda, evitando assim o Risco de Liquidez, que é a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Plano de Contingência de Liquidez consiste em conduzir a Instituição ao equilíbrio da sua capacidade de pagamento, tendo em conta os potenciais desequilíbrios identificados quando o seu nível de liquidez fica abaixo do limite de reserva de liquidez previamente estabelecido.

#### **APONTAMENTO 13 - PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE**

Trata-se de um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados

como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

#### **4.11 Auditoria Independente**

As atividades da Auditoria Independente foram realizadas pela empresa CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S, observando as normas de auditoria aplicáveis e as exigências do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução do CMN n.º 3.198/2004, sendo emitido com ressalva o parecer de auditoria, atestando que a Agência de Fomento apresentou adequadamente, em todos os aspectos a sua posição patrimonial e financeira.

#### **4.12. Auditoria Interna**

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

As atividades da auditoria estão estruturadas de acordo com o disposto na Resolução CVM-BACEN n.º 4.588/2017 e Resolução n.º 170/2018 da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Os trabalhos são executados com base no seu Plano Anual de Atividades (PAINT), o qual é submetido anualmente ao Conselho de Administração.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas áreas da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

No ano de 2018, foi realizado, de forma contínua, trabalho de auditoria nas atividades de concessão de crédito até a fase da renegociação, tendo sido emitido à área envolvida relatório que, além de contribuir para a regularização de falhas apontadas, resultou em ações de melhorias implementadas nos processos de concessão e nos normativos internos. Também foram realizados trabalhos de monitoria em áreas da Coordenadoria Administrativa e da TI, em processos de adiantamentos a funcionários e no de leilão de imóveis. Os resultados desses trabalhos são reportados por meio de relatórios / pareceres específicos e encaminhados aos respectivos gestores e contemplam recomendações que visam a melhoria dos processos e a mitigação de riscos.

No exercício de 2018 o auditor interno participou do curso de Prevenção Contra Crimes de Lavagem de Dinheiro/Impacto da Nova Lei 13.303/2016 e do Workshop – Impactos Regulatórios para Agências de Fomento.

#### 4.12.1 Estrutura e Governança

A Resolução nº 150 / 2017 Dispõe sobre a alteração da Política de Riscos e Controles Internos da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A. A estrutura organizacional que compõe esse processo envolve todas as suas unidades de negócio e será composta da seguinte forma:

- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Auditoria Interna;
- Diretoria Administrativo-Financeira;
- Comitê de Finanças e Riscos;
- Coordenadoria de Risco e Compliance;
- Demais Áreas de Responsabilidade da Fomento.

#### 4.12.2 A Agência participa de outras ações e parcerias com o Estado, a saber:

##### 1- SEDEN - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura:

- **Forum Estadual das Micro e Pequenas Empresas – FEMEP-** com o objetivo de promover articular e integrar políticas públicas para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas no Estado. A Agência participa de dois Comitês: **Tecnologia e Inovação**, como membro e no comitê **Investimento e Financiamento** como coordenador. Dentro das ações que estão em andamento pelos comitês se destacam: a proposta para a criação de um **Sistema de Garantia de Crédito- SGC** com realização de reuniões e vídeo conferências para socialização do tema junto ao Sebrae Nacional e Local; **Levantamento e estudo dos Fundos Estaduais** para uma possível utilização em financiamentos às MPes.
- **Arranjos Produtivos Locais- APLs** - com o objetivo de realizar estudos para identificar e mapear a competitividade e os principais aglomerados produtivos do Estado do Tocantins se destacando, nesse semestre, a realização do estudo de **Mapeamento e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais** realizado pela Seden e UFT.

**2- RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural** - Participação na Câmara Setorial da APL da Apicultura dentre outros.

**3- SEBRAE - Nacional/FAMPE** - Convênio firmado para utilização do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, que se constitui num instrumento complementar das garantias exigidas pelas instituições financeiras para concessão de crédito. Nesse ano, a utilização do aval complementar do Sebrae/Fampe, foi de grande importância para os micro e pequenos empresários, tendo em vista a situação da economia.

**4- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos (2017/2018)** - credenciamento e disponibilização de recursos no valor de R\$ 8.000.000,00, liberados pelo programa **INOVACRED** do qual foi realizado, nesse ano, na Agência de Fomento, um treinamento com os técnicos da FINEP para

orientação sobre a modelação e forma de utilização dos recursos liberados. Este treinamento também foi realizado na FIETO – Federação da Indústria e teve a participação da Agência de Fomento. Para o ano de 2019 o valor foi reduzido para R\$ 1.400.000,00, devido a não utilização e os resultados financeiros.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício, demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período.

Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense.

Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 31 de maio de 2019.

**NIVAIR VIEIRA BORGES**

Procurador-Geral do Estado